

**A HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS E SEUS IMPACTOS NA AMÉRICA  
LATINA: UM ENSAIO SOBRE A FINANCEIRIZAÇÃO DA MORADIA**

**THE HEGEMONY OF THE UNITED STATES AND ITS IMPACTS ON LATIN  
AMERICA: AN ESSAY ON THE FINANCIALIZATION OF HOUSING**

*Thais Nascimento de Pina* 

*Glauber Lopes Xavier* 

*Milena D'Ayala Valva* 

**Resumo:**

Este artigo examina a inter-relação entre a hegemonia dos Estados Unidos, o endividamento da América Latina, o neoliberalismo, a financeirização da moradia e a crise habitacional na região. Argumenta-se que a hegemonia americana e as políticas econômicas promovidas desde a década de 1980 desempenharam um papel crucial na propagação do neoliberalismo na América Latina, exacerbando o endividamento dos países e contribuindo para a financeirização da moradia. Esse processo não só aprofundou as desigualdades socioeconômicas, mas também gerou uma crise habitacional sem precedentes, afetando principalmente as populações mais vulneráveis.

**Palavras-chave:** Hegemonia dos EUA, Endividamento da América Latina, Neoliberalismo, Financeirização da Moradia, Crise Habitacional.

**Abstract:**

This article examines the interrelationship between United States hegemony, Latin American debt, neoliberalism, the financialization of housing and the housing crisis in the region. It is argued that American hegemony and the economic policies promoted since the 1980s played a crucial role in the spread of neoliberalism in Latin America, exacerbating countries' debt and contributing to the financialization of housing. This process not only deepened socioeconomic inequalities, but also generated an unprecedented housing crisis, mainly affecting the most vulnerable populations.

**Keywords:** US Hegemony, Latin American Debt, Neoliberalism, Financialization of Housing, Housing Crisis.

## INTRODUÇÃO

A ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica global no pós-Segunda Guerra Mundial teve implicações profundas para as economias e sociedades da América Latina. A política externa americana, moldada pela Doutrina Truman durante a guerra fria e subsequentemente pelo Consenso de Washington no final dos anos 1980, incentivou a adoção de políticas neoliberais em toda a região, principalmente no México, na América do Sul (Brasil, Chile, Argentina e Uruguai) e América Central, resultando em um ciclo de endividamento, financeirização e crises sociais. Essa hegemonia não apenas redefiniu as dinâmicas econômicas globais, mas também teve profundas consequências nas estruturas sociais e políticas dos países da América Latina.

Sabe-se que após a Segunda Guerra Mundial, na Europa e no Japão, sob influência dos Estados Unidos, diversos Estados adotaram políticas para promover pleno emprego, crescimento econômico e bem-estar dos cidadãos. Políticas fiscais e monetárias keynesianas foram amplamente implementadas para suavizar os ciclos de negócios e assegurar um nível razoável de emprego. Houve um compromisso entre capital e trabalho, onde o Estado interveio ativamente na economia para garantir a paz e a tranquilidade doméstica, além de estabelecer sistemas de bem-estar social, incluindo cuidados de saúde e educação (Harvey, 2008). Considerando o número de desabrigados pós-guerra em todo o mundo, os governos se empenharam em fornecer habitação social. No entanto, a demanda por esse tipo de habitação começou a diminuir no final da década de 1970.

Com a transição do keynesianismo para uma abordagem econômica neoliberal nesse período, caracterizada pela desregulamentação e privatização, os governos pararam de construir novas moradias sociais. Eles passaram a se ver não mais como provedores diretos de habitação, mas como facilitadores do mercado imobiliário. A habitação social começou a ser percebida como promotora de uma cultura de dependência entre cidadãos de baixa renda, levando a uma mudança na política governamental para apoiar o desenvolvimento privado empresarial (Souza, 2024).

Desta forma, a moradia foi transformada em mercadoria e ativo financeiro globalizado, levando ao abandono de políticas públicas que tratavam a habitação como um bem social.

Rolnik (2019, pg. 44) explica que:

Da mesma forma que outras esferas sociais, a habitação foi afetada pelo desmantelamento das instituições básicas de bem-estar e pela mobilização de uma série de políticas com o objetivo de ampliar a disciplina de mercado, a competição e

a mercantilização. Essas novas ideias confrontaram os sistemas nacionais de bem-estar e as composições econômico-políticas em torno da moradia previamente existentes em cada país.

Assim, as reformas propostas pela abordagem econômica neoliberal, embora apresentadas como soluções para o desenvolvimento econômico, frequentemente resultaram em maior desigualdade, exclusão social e dependência econômica.

Neste artigo, busca-se analisar criticamente esse processo, explorando como a hegemonia dos Estados Unidos e a implementação do neoliberalismo contribuíram para a atual crise habitacional no Brasil. A partir de uma perspectiva histórica, o estudo examina as origens e os desdobramentos dessas políticas, discutindo suas implicações para o direito à moradia.

### **A ASCENSÃO DOS ESTADOS UNIDOS COMO POTÊNCIA**

No início do século XIX, a Grã-Bretanha enfrentou uma guerra com os Estados Unidos, recém-independentes, que foi sua principal colônia fornecedora de algodão cru, o que fomentava os produtos britânicos e o comércio da nação com outras potências.

Com o passar do século XIX, a Grã-Bretanha investiu em países em que o capital trazia lucros mais altos. Os Estados Unidos foram o país que capitou a maior parcela desses investimentos, fornecendo aos investidores britânicos maiores direitos sobre ativos financeiros futuros. Nessa época, o investimento externo e os empréstimos de longo prazo dos Estados Unidos somavam vultuosos US\$ 3 bilhões. Além disso, os Estados Unidos fizeram pagamentos líquidos de juros e dividendos, na sua maioria à Grã-Bretanha, em um total de US\$ 5.8 bilhões. Tal fator contribuiu para um aumento considerável na dívida externa americana que passou de US\$ 200 milhões em 1843 para US\$ 3,7 bilhões em 1914 (Arrighi, 1996).

Até o início da 1ª Guerra Mundial a Grã-Bretanha ainda exercia forte influência sobre os EUA. Entretanto, os EUA investiam em sua indústria interna o que favoreceu a sua posição quando da eclosão da Primeira Guerra Mundial no continente europeu, se tornando fornecedor de armamentos, máquinas e matérias-primas para a Grã-Bretanha (Arrighi, 1996).

Por conta da necessidade da Grã-Bretanha em manter a guerra, os ativos britânicos investidos nos EUA foram liquidados na bolsa de valores de Nova York com pesados descontos nos preços. Arrighi (1996, p. 279) complementa:

No fim da guerra, portanto, os Estados Unidos haviam recomprado por uma pechincha alguns dos investimentos maciços que tinham construído a infraestrutura de sua própria economia doméstica no século XIX e, além disso, haviam acumulado imensos créditos.

Assim, devido aos excedentes e créditos acumulados durante a guerra, os Estados Unidos alcançaram o mesmo nível da Grã-Bretanha em termos de produção e regulação da moeda global, embora não tenham substituído completamente o papel britânico. Nesse período, o dólar americano se estabeleceu como uma moeda de reserva plenamente consolidada, assim como a libra esterlina (Arrighi, 1996).

A expansão da influência norte-americana somada a incapacidade britânica de manter seu domínio econômico e militar levou o mundo a um período de instabilidade global (Arrighi, 1996). A Segunda Guerra Mundial marcou, de forma definitiva, a ascensão dos Estados Unidos que, ao final da guerra, praticamente assumiram um monopólio sobre a liquidez global. Em 1947, suas reservas de ouro representavam 70% do total mundial. Conforme Arrighi (1996, p. 283):

No fim da Segunda Guerra Mundial, já estavam estabelecidos os principais contornos desse novo sistema monetário mundial: em Bretton Woods foram estabelecidas as bases do novo sistema monetário mundial; em Hiroshima e Nagasaki, novos meios de violência haviam demonstrado quais seriam os alicerces militares da nova ordem; em São Francisco, novas normas e regras para a legitimação da gestão do Estado e da guerra tinham sido explicitadas na Carta das Nações Unidas.

O sistema de Bretton Woods, estabelecido em 1944, institucionalizou o dólar como a moeda de reserva mundial, permitindo aos EUA exercer uma influência global sem precedentes. Segundo Arrighi (1996), a “produção” do dinheiro mundial foi assumida pelo Sistema da Reserva Federal dos Estados Unidos em conjunto com os bancos centrais nacionais dos aliados mais importantes do país. Com o controle efetivo sobre a liquidez mundial, promoveu e sustentou uma expansão generalizada do comércio mundial.

Em conjunto com a influência global do dólar e a supremacia nuclear, as corporações multinacionais se tornaram pilares fundamentais da hegemonia norte-americana. Esses três elementos do poder americano interagiram e se fortaleceram mutuamente. A superioridade política e militar dos Estados Unidos, que emergiu nesse período do pós-guerra, foi essencial para o domínio das multinacionais americanas na economia global. Contudo, o oposto também é válido: a expansão das corporações contribuiu significativamente para sustentar a posição política e militar dos Estados Unidos no cenário internacional (Arrighi, 1996).

## A INFLUÊNCIA DOS EUA NAS AMÉRICAS E A IMPLEMENTAÇÃO DO NEOLIBERALISMO

Ao longo do século XIX e início do século XX, os Estados Unidos pretendiam afirmar seu poder na América do Sul, tentando estender sua influência para além do México e da América Central. O período do pós-guerra, marcado pelo estabelecimento de duas grandes potências mundiais (Estados Unidos e União Soviética) e do período conhecido como Guerra Fria, serviu como parâmetro para o estabelecimento dos EUA como potência mundial.

A influência econômica e ideológica dos EUA cresceu ao redor do mundo, especialmente nas Américas, amparada em um forte temor dos países aliados da “ameaça comunista” (Doutrina Truman), estremecendo as estruturas de um mundo bipolar. Na América Latina, os EUA contribuíram para a desestabilização de governos, auxiliando golpes militares que causaram fissuras no tecido social dos países latino-americanos sentidas até hoje.

No Brasil não foi diferente, com o governo americano exercendo forte influência sobre os militares brasileiros que, em 1964, ante o temor do comunismo, instauraram um golpe militar no país, depondo o presidente João Goulart – o Jango.

João Goulart buscava implementar um projeto político que se centrava nas reformas de base, visando criar uma conexão entre crescimento econômico e desenvolvimento social. Essas reformas, que incluíam medidas como a reforma agrária, urbana e eleitoral, tinham como objetivo aumentar a presença do Estado na economia, melhorar as condições de vida da população e fortalecer o mercado interno, promovendo o desenvolvimento econômico com autonomia nacional (Silva, 2019).

Conforme explica Maria da Conceição Tavares (pg. 278):

A questão das “reformas de base” proposta pelo governo de Jango no período de 1962-1964 ao incluir a reforma agrária ao longo dos principais eixos rodoviários que cortavam de Norte a Sul do país, levantou, como não podia deixar de ser, a oposição frontal da grande burguesia, e a reforma agrária terminou, como é sabido, com o golpe militar que depôs João Goulart.

Assim como ocorreu na Argentina com o peronismo e no Chile com o allendismo, no Brasil, aqueles que defendiam uma plataforma econômica de caráter popular e nacional passaram a ser vistos como uma ameaça à reestruturação econômica alinhada aos interesses do grande capital internacional e de seus aliados locais. A possibilidade de reorganizar a

estrutura produtiva brasileira e ampliar a participação popular na política representava, de fato, um risco para esses interesses (Silva, 2019).

A aliança dos países latino-americanos à ideologia estadunidense foi terreno fértil para a implementação dos ideais do neoliberalismo, ideologia consolidada a partir dos anos 1980. Nesse período, observa-se forte financeirização da economia global com a crescente desregulamentação dos mercados financeiros e a ascendência do capital especulativo. Essa fase foi marcada por sucessivas crises econômicas – inerentes ao capitalismo financeirizado – mas também pela manutenção da supremacia do dólar e da liderança econômica e ideológica dos EUA (Harvey, 2005).

Segundo Harvey (2005), o FMI e o Banco Mundial se consolidaram como agentes principais na disseminação do “fundamentalismo do livre mercado” e da ortodoxia neoliberal. Para obter o reescalonamento de suas dívidas, os países endividados foram obrigados a adotar reformas institucionais, incluindo cortes nos gastos sociais, flexibilização das leis trabalhistas e privatizações, o que levou à criação do conceito de “ajuste estrutural”. O México foi um dos primeiros países a aderir a esse modelo, que se expandiu globalmente. Vale lembrar a opinião de Maricato (2015) de que as forças globais têm dificuldades de convivência com as instituições democráticas de cada país e que assim, criam instituições “que interferem profundamente na vida dos países e não prestam conta a ninguém” (Maricato 2015, pg. 75).

Dentre os países latino-americanos, o Brasil foi aquele que adotou mais tardiamente as políticas neoliberais recomendadas pelo FMI e o Banco Mundial. No governo Collor, no início da década de 1990 e em meio ao agravamento da crise financeira e cambial, se iniciou o processo de liberalização e desregulamentação financeira, o qual atraiu montantes consideráveis de capital financeiro especulativo internacional. Após, o governo FHC implementou, em menos de cinco anos, uma série de medidas de liberalização, incluindo a abertura comercial, a flexibilização do mercado de trabalho, reformas econômicas e do Estado, além de privatizações, todas alinhadas as diretrizes do Consenso de Washington (Tavares, 2019).

## **A FINANCEIRIZAÇÃO DO DIREITO À MORADIA**

A financeirização da moradia, definida como a crescente dominância dos mercados financeiros no setor habitacional, é um dos legados mais duradouros do neoliberalismo na América Latina. Esse processo de desmonte do Estado de Bem-Estar Social, com a desregulamentação e a financeirização da economia, fez com o Estado empurrasse a

responsabilidade da habitação ao setor privado, o qual transformou a moradia em um ativo financeiro, desviando-a de seu papel tradicional como necessidade básica e direito social (Rolnik, 2015).

Desta forma, embora a Constituição Federal de 1988 tenha reconhecido a função social da propriedade como um princípio, bem como os direitos de ocupantes informais - criando uma base jurídica para a efetivação do direito à cidade e a implementação da chamada agenda da reforma urbana - os governos foram levados a adotar uma abordagem oposta à expansão de políticas redistributivas. A ascensão do consenso neoliberal forçou os países a implementarem reformas fiscais ortodoxas, resultando em uma redução dos gastos públicos com direitos sociais.

Nos anos 1990, a agenda governamental priorizou a redução da intervenção estatal, o ajuste e a consolidação das instituições de mercado, em vez de promover os direitos sociais garantidos pela Constituição de 1988 ou atender às demandas dos movimentos sociais.

Segundo Rolnik (2015, p. 19-20):

A crença de que os mercados poderiam regular a alocação da moradia, combinada com o desenvolvimento de produtos financeiros experimentais e “criativos”, levou ao abandono de políticas públicas em que a habitação é considerada um bem social, parte dos bens comuns que uma sociedade concorda em compartilhar ou prover para aqueles como menos recursos – ou seja, um meio de distribuição de riqueza. Na nova economia política centrada na habitação como um meio de acesso à riqueza, a casa transforma-se de bem de uso em capital fixo – cujo valor é a expectativa de gerar mais-valor no futuro, o que depende do ritmo do aumento do preço dos imóveis no mercado.

Maricato (2015) analisa que na década de 1990 houve uma guinada nos rumos que indicavam uma gestão democrática voltada para a habitação de interesse social quando a prioridade passou a ser o melhor desempenho do mercado.

A transformação da moradia em mercadoria e seu crescente uso como um ativo no mercado financeiro globalizado impactaram profundamente o exercício do direito à habitação adequada em diversas partes do mundo. A consequência disso é a crise global de insegurança da posse, uma vez que a desregulamentação do mercado imobiliário e a falta de proteção contra despejos arbitrários levam muitas pessoas a viverem em condições precárias ou a perderem completamente suas moradias. São indivíduos e famílias que tiveram suas vidas hipotecadas ou foram forçados a deixar os bairros onde moravam devido ao aumento explosivo dos preços no mercado imobiliário (Rolnik, 2015).

Estima-se que, enquanto a população brasileira cresceu apenas 11% ao longo da última década, a população em situação de rua aumentou significativamente, com um crescimento de 211% entre 2012 e 2022 (tabela 1).

Esse aumento foi especialmente acelerado nos últimos anos, alcançando 38% apenas entre 2019 e 2022, evidenciando que o crescimento da população em situação de rua ocorre em uma ordem de magnitude muito superior ao crescimento populacional total dos países<sup>1</sup>.

Tabela 1. Número de pessoas em situação de rua por Grande Região e somatório entre os anos de 2012-2022.

Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
2012	3.147	16.088	46.702	15.928	8.615	90.480
2013	3.290	17.062	50.576	16.423	8.895	96.246
2014	3.656	17.804	57.482	17.859	9.850	106.650
2015	4.089	24.754	63.914	19.544	10.803	123.104
2016	4.622	27.698	74.197	21.957	10.313	138.785
2017	5.674	26.590	89.173	27.296	11.881	160.614
2018	7.826	29.827	99.796	32.975	14.325	184.749
2019	8.002	34.705	114.413	32.731	14.809	204.660
2020	9.404	35.721	120.104	34.809	14.413	214.451
2021	17.695	43.723	122.255	32.562	15.912	232.147
2022	18.532	53.525	151.030	39.178	19.207	281.472

Fonte: IPEA.

Conforme se verifica pela tabela, a região sudeste detém o maior número de pessoas em situação de rua, concentrando quase 50% do total, permanecendo quase inalterado durante a série histórica. Chama a atenção, porém, os números da região norte no período da pandemia. Entre os anos de 2019 e 2022 houve um salto de mais de 9.000 pessoas identificadas morando em situação de rua.

Nota-se que, mesmo antes do período pandêmico a região norte apresentava, proporcionalmente, taxas de crescimento maiores que do restante do país. A segunda região com maior número de crescimento identificado entre os anos de 2019 à 2022 foi o nordeste, seguido por sudeste, centro-oeste e sul.

O relatório elaborado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - “População em situação de rua” - traz, com base nos dados registrados no Cadastro Único e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal, que, o perfil majoritário de população em situação de rua no país, em dezembro de 2022, é masculino (87%), adulto (55% têm entre 30 e 49 anos) e de pessoas negras (pardas - 51%;

<sup>1</sup> Dados obtidos em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT\\_103\\_Disoc\\_Estimativa\\_da\\_Populacao.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT_103_Disoc_Estimativa_da_Populacao.pdf). Acesso em 18/08/2024.

pretas - 17%). A maioria sabe ler e escrever (90%) e já teve emprego com carteira assinada (68%). Outro dado que chama atenção são os principais motivos apontados para a situação de rua: problemas familiares (44%), desemprego (39%), alcoolismo e/ou uso de drogas (29%) e perda de moradia (23%)<sup>2</sup>.

Desta forma, o que se observa é que sob a hegemonia do capital financeiro e rentista, a terra deixa de ser vista apenas como um meio de produção e passa a ser valorizada principalmente como uma reserva de valor. Nesse contexto, a expulsão e a despossessão não são mais centralizadas na criação de proletários, mas surgem como consequências de uma nova lógica geográfica, onde o controle de ativos, valorizados pela expectativa de rendimentos futuros ou pela previsão de escassez, se torna fundamental (Rolnik, 2015).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão dos Estados Unidos como potência global, especialmente a partir da Primeira e Segunda Guerras Mundiais, transformou a economia mundial, instaurando o dólar como moeda de reserva e consolidando o poder estadunidense no sistema monetário internacional. Essa hegemonia, sustentada por uma combinação de poder econômico, militar e ideológico, permitiu aos EUA exercer uma influência sem precedentes nas políticas econômicas de outras nações, particularmente na América Latina. O neoliberalismo, amplamente promovido pelos EUA, teve um impacto profundo na região, levando à desregulamentação dos mercados e à adoção de políticas que favorecem o capital financeiro em detrimento do bem-estar social.

O neoliberalismo ressurgiu como uma nova condição da flexibilização adotada em diversos setores. A financeirização do direito à moradia emerge como uma das consequências mais evidentes da hegemonia norte-americana e da disseminação dessa nova prática. A transformação da moradia em um ativo financeiro global, guiado pela lógica do mercado e pela busca incessante de lucros, resultou na marginalização de vastas parcelas da população, especialmente nos países latino-americanos. As políticas impostas por instituições como o FMI e o Banco Mundial, exacerbaram as desigualdades sociais e agravaram a crise habitacional, empurrando milhões de pessoas para condições precárias de vida e alimentando o crescimento da população em situação de rua.

---

<sup>2</sup> Dados disponíveis em: <[https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat\\_pop\\_rua\\_digital.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf)>.

Maria da Conceição Tavares conclui com maestria que a falta de acesso a direitos básicos no Brasil decorre da desconexão entre a ideologia das elites e os pactos de poder conservadores que historicamente dominaram o país (2019, pg. 265):

A falta de acesso à terra, à educação e ao trabalho da nossa população rural e urbana nunca pôde ser equacionada nos marcos do nosso precário estado de direito. Não por falta de “leis”, mas porque uma das marcas terríveis de nossa sociedade capitalista foi a descolagem completa entre a ideologia das elites bacharelescas, liberais ou libertárias e os pactos de poder ferozmente conservadores que conduziram o país através dos embates entre as cúpulas políticas territoriais e as cúpulas do poder ligadas ao império e ao dinheiro.

É importante reconhecer que reverter os efeitos da financeirização da moradia e enfrentar a crise habitacional na América Latina são tarefas extremamente complexas, dadas as profundas raízes do neoliberalismo na política e economia global. É necessário, no entanto, uma reavaliação da política habitacional para se assegurar o direito constitucional à moradia, especialmente da população mais vulnerável. Dar visibilidade aos problemas e conflitos, criar e fortalecer espaços de debates, além de capacitação de agentes públicos e sociais, é um caminho possível e urgente.

## REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. tradução Vera Ribeiro; revisão de tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: São Paulo: Editora UNESP, 1996.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Nota Técnica nº 103: Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022)*. Brasília: Ipea, 2023b. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT\\_103\\_Disoc\\_Estimativa\\_da\\_Populacao.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT_103_Disoc_Estimativa_da_Populacao.pdf). Acesso em 18 de agosto de 2024.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

MARICATO, Ermínia. *Para entender a Crise Urbana*. São Paulo: editora expressão popular, 2015.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: A Colonização da Terra e da Moradia na Era das Finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SILVA, Alexandre de Vasconcelos. *João Goulart e as Reformas de Base. Textos e Debates*. [S. l.], v. 1, n. 32, 2019. DOI: 10.18227/2317-1448ted.v1i32.4182. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/4182>. Acesso em: 31 ago. 2024.

SOUZA, Mariane Paes Gonçalves de. Historicidade da Financeirização de Moradias: Entre a Globalização do Mercado Imobiliário e a Financeirização da Habitação no Brasil. *Caderno de Relações Internacionais*, [S. l.], v. 14, n. 27, 2024. Disponível em: <https://revistas.faculdedamas.edu.br/index.php/relacoesinternacionais/article/view/2814>. Acesso em: 4 ago. 2024.

TAVARES, Maria da Conceição. *Maria da Conceição Tavares: Vida, Ideias, Teorias e Política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.